

NEWSLETTER

INSTITUTO JURÍDICO
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

Notícias IJ

PAG. 2

Agenda IJ

PAG. 7

Desafios IJ

PAG. 9

1 2 9 0



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

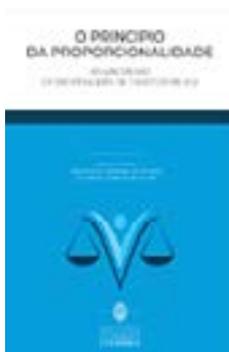


O momento que esta newsletter assinala, ao envolver olhares para o passado e para o futuro (para distintos passados e mais ou menos próximos futuros), cumpre-se sob o motto da travessia ou da passagem e das “pontes” que a tornam possível: por um lado porque articula um tempo de recuperada efervescência (com uma agenda plural e diversificada) – os dois meses que acabámos de viver! – com um tempo de silêncio expectante (tão carregado de ameaças quanto de promessas luminosas); por outro porque faz coincidir (se não sobrepor) o tempo da plena realização do nosso atual projeto estratégico com o tempo de gestação do projeto que está por vir (se não diretamente com os sinais de uma candidatura próxima). Que esta dualidade produtiva distinga o próximo ano, fortalecendo o IJ como verdadeira comunidade de investigadores! E que este seja por uma vez um verdadeiro voto de Todos para Todos, capaz de levar a sério uma trama efetiva de corresponsabilidade.

José Manuel Aroso Linhares

I. Últimas Publicações do IJ

a) Publicações do IJ



(O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: XIII ENCONTRO DE PROFESSORES DE DIREITO PÚBLICO)

Coordenadores: Dulce Lopes, Francisco Pereira Coutinho, Catarina Santos Botelho

DOI: 10.47907/clq2021_2

A presente obra coletiva “Princípio da Proporcionalidade – Textos do XIII Encontro de Professores de Direito Público” compila algumas das intervenções proferidas naquele Encontro que teve lugar, no dia 24 de Janeiro de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com o apoio desta e do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra. Os textos que se publicam demonstram a centralidade do princípio da proporcionalidade no direito público, traçando os seus contornos no direito constitucional, no direito administrativo, no direito fiscal, no direito europeu e no direito internacional público. Sem esquecer, em nenhuma destas áreas, as críticas ao e os críticos daquele princípio...



FLORESTAS E LEGISLAÇÃO – NOVOS RUMOS COM O PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS E O PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Coordenadoras: Maria João Antunes, Dulce Lopes

DOI: 10.47907/clq2021_2

A presente obra coletiva recolhe vários textos sobre o direito das florestas portuguesas e as novidades que se perspetivam no ordenamento jurídico nacional com a reformulação legislativa que decorrerá da aprovação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e do Programa de Transformação da Paisagem.



AMBIENTE E DESLOCAMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESLOCADOS AMBIENTAIS

Autora: Muriel Tumelero Lorenzi

ISBN: 978-989-8891-97-6

O livro aborda a relação entre o ambiente e as migrações humanas. Através da perspectiva teórica do direito internacional ambiental e o estudo sobre o direito internacional dos direitos humanos, a pesquisa une temáticas que há muito vêm sendo analisadas separadamente: o manejo dos recursos ambientais e o deslocamento das populações, principalmente as de maior vulnerabilidade, pela escassez ou extinção do ambiente em que vivem. O livro traz as manifestações mais atuais sobre o tema, utilizando relatórios de pesquisas que apontam os números de pessoas deslocadas por fatores ambientais nos últimos anos, realizando um estudo de caso prático, promovendo a reflexão sobre a falta de estrutura para esses indivíduos e apontando alternativas para sua devida tutela.



A RELEVÂNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NA SANÇÃO DAS PESSOAS COLETIVAS

Autor: Carlos Bruno Tavares Ferreira

ISBN: 978-989-9075-07-8

No âmbito do Direito Penal, a responsabilidade penal das pessoas jurídicas e os programas de compliance são assuntos muito controvertidos. A propósito dos programas de compliance, colocam-se questões como as de saber: se podem ter efeitos no regime sancionatório das pessoas coletivas; se poderão obter alguma vantagem caso, porventura, venham a cometer algum crime; se há relação entre o modo como o facto é imputado ao ente coletivo que ajude a justificar uma certa opção do legislador em detrimento de outras; se existe relação entre o plano processual e o plano sancionatório que permita retirar algum entendimento que justifique estes efeitos.

Analisando quatro ordenamentos jurídicos estrangeiros, o estudo questiona primeiro a origem da responsabilidade penal das pessoas jurídicas e dos programas de compliance. Em seguida, examina o nosso ordenamento jurídico e as suas respostas de iure constituto. Posteriormente, tendo presente a experiência dos ordenamentos jurídicos estudados, propõe soluções de iure condendo.



O POTENCIAL JURISGENERATIVO DO PLURALISMO CONSTITUCIONAL: INTERAÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS

Autor: Gabriel García

ISBN: 978-989-9075-01-6

O constitucionalismo moderno enfrenta diversas contestações, desde o fim do século passado. As forças da globalização, em particular, corroeram as bases de um modelo de regulação compreensiva do poder público, levando diversas vezes a questionar o futuro da Constituição.

Percebendo-se que o discurso constitucional rompe as amarras que outrora o atrelavam ao contexto estatal, explora-se neste estudo a conceção de pluralismo constitucional a partir da qual se observa a existência de um potencial jurisgenerativo, que consiste na tradução de significado a direitos constitucionais a partir do impacto exercido pelos sistemas regionais europeu e americano de proteção dos direitos humanos.



A NOVA CONSTRUÇÃO DOS CRIMES DE COAÇÃO SEXUAL E DE VIOLAÇÃO À LUZ DA LEI 101/2019, DE 6 DE SETEMBRO E AS SUAS IMPLICAÇÕES

Autor: Tiago Braga Norte

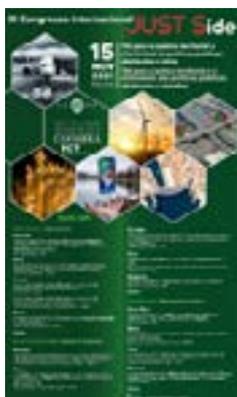
ISBN: 978-989-9075-08-5

A presente obra visa, numa fase inicial, enquadrar, temporalmente, os crimes de coação sexual e violação (previstos e punidos nos artigos 163º e 164º do atual Código Penal) na história do Direito Penal Sexual Português, culminando na Lei n.º 101/2019, de 6 de setembro.

Seguidamente, e através de um breve estudo de outros ordenamentos jurídicos europeus, tenta descortinar os modelos de incriminação escolhidos por estes países, por forma a entender as suas semelhanças e diferenças. E, em paralelo, tenta compreender e desenvolver os vários conceitos-base atinentes ao bem jurídico em crise, a liberdade sexual dos cidadãos.

Só desta forma se consegue avançar para uma construção dos diversos modelos de incriminação, com o intuito de se perceber aquele que melhor se poderá adequar e aplicar à conjuntura sociojurídica portuguesa.

II. Últimos eventos do IJ



15 NOVEMBRO 2021

II CONGRESSO INTERNACIONAL JUST SIDE - TIG PARA A JUSTIÇA TERRITORIAL E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OBSTÁCULOS E DESAFIOS

O terceiro congresso Just Side -Justiça e Sustentabilidade no Território reuniu investigadores de dez países, com a finalidade de refletir sobre as dificuldades e os obstáculos da utilização de dados e de efetivar a transferência de conhecimento para a sociedade, contribuindo para afirmar uma área da investigação jurídica com elevado poder de transformação social e para consolidar uma importante ferramenta de apoio às políticas públicas.



23 NOVEMBRO 2021

SEMINÁRIO INTERNACIONAL "RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O LUGAR DOS DIREITOS HUMANOS"

O Seminário Internacional "Racionalidade Neoliberal e o Lugar dos Direitos Humanos" resultou de uma parceria entre o Instituto Jurídico e o Laboratório de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e teve como objetivo lançar luz sobre a abordagem dos direitos humanos em face da orientação económica, política e ideológica predominante do neoliberalismo, a partir de olhares influenciados por diferentes contextos.



25 E 26 NOVEMBRO 2021

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIPLOMACIA DE SUSTENTABILIDADE

O evento subordinou-se ao tema "Diplomacia e paradiplomacia de vulnerabilidade para a sustentabilidade", tendo sido realizado sob a direção científica de Clarissa D'Isep (PUC-SP/BR), Philippe Billet (CNRS, Lyon3/FR) e Alexandra Aragão (IJ-FDUC/PT). Face às várias ameaças ambientais à humanidade, o princípio fundamental da não ingerência nos assuntos internos dos Estados já não pode ser compreendido e seguido da mesma forma. É preciso haver uma nova abordagem no âmbito jurídico que veja o impacto ambiental da ação dos Estados no território de outros Estados. Assim, o objetivo do congresso foi analisar as novas formas de relações que estão a influenciar políticas sanitárias, ambientais e sociais dos Estados.



26 NOVEMBRO 2021

WEBINAR INTERNACIONAL DE ABERTURA – COMEMORANDO OS 100 ANOS DAS REGRAS DE HAIA

No âmbito das celebrações dos 100 Anos das Regras de Haia – A propósito da Convenção de Bruxelas de 1924, relativa à unificação de certas regras em matéria de conhecimentos de carga, foi organizado, pelo Instituto Jurídico, o Webinar Internacional de Abertura das Comemorações. Embora a Convenção de Bruxelas que contém as denominadas “Regras de Haia” date de 1924, o seu texto muito deve às Regras que, em 1921, foram adotadas na Conference of the International Law Association, o que justifica o início da comemoração do centenário já no presente ano.



30 NOVEMBRO 2021

II INTERNATIONAL RESEARCH TALKS

A segunda edição das International Research Talks do Instituto Jurídico subordinou-se ao tema “Transformações do Direito e Inovação na Pesquisa Jurídica” e, à semelhança da edição anterior, visou divulgar a investigação desenvolvida pelos investigadores visitantes que se encontram junto do Instituto Jurídico.



9 DEZEMBRO 2021

JURINVESTIGAR: FAZER CIÊNCIA JURÍDICA COM AS PESSOAS E PARA AS PESSOAS

A “investigação e inovação responsável” (IIR) é um conceito central na política de investigação científica na União Europeia. Correspondendo à ideia de fazer ciência com e para a sociedade, a IIR tem também aplicação à produção da ciência jurídica através de investigação individual ou coletiva orientada para os objetivos de desenvolvimento sustentável. O Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra está a organizar um estudo sobre visões, perceções e práticas de IIR entre os investigadores da UC especificamente voltado para a interdisciplinaridade com a ciência jurídica. O evento realizado inseriu-se, exatamente, no processo tendente à elaboração desse estudo.



10 DEZEMBRO 2021

COLÓQUIO DEVER DE DILIGÊNCIA DAS EMPRESAS E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Está em curso uma iniciativa legislativa, ao nível da União Europeia, que visa instituir um dever de diligência das empresas e a correspondente responsabilidade empresarial, tendo o Parlamento Europeu aprovado, no passado 10 de março de 2021, uma recomendação de Diretiva sobre o tema. Por esta via procura-se garantir que as empresas cumpram o seu dever de respeitar os direitos humanos, o ambiente e a boa governação, tanto diretamente como nas respetivas cadeias de valor. O Colóquio Internacional “Dever de diligência das empresas e responsabilidade empresarial”, integrado na nova área de investigação do Instituto Jurídico intitulada «Responsabilidade Social das Empresas: entre recomendações e a lei», procurou analisar e discutir os caminhos que irão ser trilhados.



17 DEZEMBRO 2021

CRIMINAL JUSTICE IN PREDICTIVE SOCIETY: A DIALOGUE BETWEEN CHRISTOPH BURCHARD AND ANABELA MIRANDA RODRIGUES

O Instituto Jurídico organizou o evento “Criminal Justice in Predictive Society: a dialogue between Christoph Burchard and Anabela Miranda Rodrigues”, que constituiu a sessão conclusiva do Seminário Geral do Curso de Doutoramento “Desafios sociais, incerteza e direito”, excepcionalmente aberta ao público em geral.



17 DEZEMBRO 2021

IV DEBATE FLORESTAS E LEGISLAÇÃO

O Instituto Jurídico organizou o IV Debate Florestas e Legislação: o Novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), que teve lugar no Auditório Municipal da Pampilhosa da Serra. A quarta edição deste debate deu continuidade à preocupação do IJ com a investigação jurídica no âmbito das florestas e prevenção de incêndios e a sua organização foi feita em parceria com o projeto House Refuge, do qual o IJ é parte integrante. O evento contou com a participação de investigadores e profissionais com experiência no combate aos incêndios.



I. Vida interna do IJ

i. No âmbito dos projetos de investigação Pri Alt Eur e do FIPP (Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire), realizou-se, no dia 4 de novembro de 2021, no Palácio dos Melos, um Workshop sobre penas e medidas não privativas da liberdade, com a participação da Penal Reform International, da equipa de investigação do IJ/FDUC e de diversos profissionais do sistema de justiça penal. A primeira parte do referido evento foi dedicada ao impacto da pandemia na aplicação e execução de penas alternativas à prisão e na preparação de reclusos para a liberdade. Na segunda etapa, falou-se sobre a planificação de uma ação de formação e a conceção de um projeto-piloto em matéria de penas e medidas não privativas da liberdade, com especial enfoque nas pessoas em situação de vulnerabilidade.

ii. Realizou-se no dia 19 de novembro, a Conferência sobre “Direito e Geomática: o uso de dados espaciais para orientar as políticas públicas para a justiça social”, organizada pelo Centro de investigação em Geografia Ambiental da Universidade Nacional Autónoma de México. Esta conferência faz parte da Rede de investigação internacional sobre “Justiça e Sustentabilidade no Território através de Sistemas de Infraestruturas de Dados Espaciais” (Just Side) e contou com a participação da Doutora Alexandra Aragão, do Instituto Jurídico. A Conferência foi realizada em formato digital e encontra-se disponível no YouTube na sua totalidade.

iii. A conferência “Timor e g7+: desafios pós-pandemia” aconteceu no dia 6 de dezembro, a partir das 16h30, no Colégio da Trindade, promovida pela Universidade de Coimbra (UC), em parceria com a organização intergovernamental g7+ e com o Instituto Jurídico. A sessão contou com a participação do antigo Presidente da República e Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão (Doutor Honoris Causa pela UC desde 2011), que proferiu uma conferência dedicada aos desafios pós-pandemia de Covid-19 que se levantam para Timor-Leste e para os restantes membros da g7+ (uma organização intergovernamental de 20 estados em situação de fragilidade ou de pós-conflito, fundado em 2010, por iniciativa timorense (e que tem como membros outros dois países de língua oficial portuguesa, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau)). A moderação esteve a cargo de Suzana Tavares da Silva, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Antes, a abertura do evento competiu ao Vice-Reitor da UC para as Relações Externas e Alumni, João Nuno Calvão da Silva, e ao Secretário-geral da g7+, Helder da Costa, tendo contado ainda com uma intervenção inicial de João Carlos Loureiro, também docente da FDUC. No encerramento, usaram da palavra o Diretor do Instituto Jurídico da FDUC, José Manuel Aroso Linhares, a Subdiretora da FDUC, Paula Veiga, e o Reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão.

iv. O Webinar “Decisões e Planos de Evacuação em Cenários de Incêndio Florestal – A Realidade Portuguesa” realizou-se no dia 7 de dezembro. Este foi o primeiro webinar do Projeto EVACUAR FLORESTA, do qual o Instituto Jurídico é uma instituição parceira.

v. Depois de três sessões virtuais, realizou-se a primeira sessão presencial das “Conversas sobre Investigação e Ciência”, que teve lugar no Colégio da Trindade. Subordinado ao tema “O melhor concurso para a sua ideia de projeto”, este quarto encontro assumiu o objetivo de debater ideias e possíveis projetos para o Instituto Jurídico, de modo a encontrar o melhor concurso e forma de financiamento. Num primeiro momento os investigadores André Dias Pereira e Dulce Lopes partilharam com os presentes as suas experiências de participação em projetos. Num segundo momento deu-se uma sessão de brainstorming de ideias de projetos, ao que se seguiu a apresentação de pistas para a elaboração de projetos a submeter a concurso.

vi. Encontram-se abertos dois concursos internos cujo objetivo é apoiar e promover as ações de investigação e publicação científica dos investigadores do Instituto Jurídico, com duração até 12 meses:

- Concurso Projetos Exploratórios do Instituto Jurídico: as propostas devem apresentar a exploração de ideias e/ou conceitos originais com referência a padrões internacionais, que contribuam para o aumento do potencial científico do Projeto Estratégico do IJ.
 - Financiamento máximo de: 3.000 €
 - Prazo de submissão: 14 janeiro 2022
- Concurso Projetos Q Publishing: as propostas devem consubstanciar-se em planos de trabalho, integráveis no Projeto Estratégico de internacionalização do IJ, para publicação de artigos em revistas internacionais, com indexação Q1 e/ou Q2.
 - Financiamento máximo de: 5.000 €
 - Prazo de submissão: 14 janeiro 2022

As candidaturas devem ser submetidas ao Conselho Coordenador do Instituto Jurídico, através de formulário próprio (Formulário P, para candidaturas a projetos exploratórios, e Formulário Q, para candidaturas a publicações) submetido para o email geral do IJ (geral@ij.uc.pt).

II. Eventos Programados do IJ

18 E 19 FEVEREIRO 2022

XII JORNADAS DE TEORIA DO DIREITO, FILOSOFIA DO DIREITO E FILOSOFIA SOCIAL

Nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2022, das 14h 30m de sexta-feira às 19h 30m de sábado, realizam-se de novo em Coimbra (e com a organização do IJ e da área de investigação “O Direito e o Tempo”) as Jornadas da ATFD — Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social. O tema das Jornadas é «Legislação e jurisdição: continuidade(s) e descontinuidade(s) discursivas». As Jornadas serão acessíveis ao público em geral, em modalidades que serão identificadas em breve.



I. Chamadas para Bolsas

i. ERC - *Starting Grants* 2022

Abriu a call ERC Starting Grant 2022 (ERC-2022-StG), que terminará no início do próximo ano civil. A atividade fundamental do ERC é fornecer financiamento atrativo e de longo prazo para apoiar investigadores de excelência e respetivas equipas de investigação para realização de investigação de alto risco / alto ganho.

A call ERC-2022-StG dirige-se a investigadores promissores que:

1. Estão a iniciar a sua própria equipa ou programa de investigação independente; e
2. Apresentam perfil de independência científica.

Prazo de candidatura: **13 de janeiro 2022.**

Mais informações: [Portal Funding & Tenders UE](#)

ii. Estudos da Fundação Francisco Manuel dos Santos

A Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) foi criada, em 2009, com a missão estatutária de promover e aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa. Com esse intuito, foi criada uma área de estudos que, desde 2012, já publicou mais de cinco dezenas de estudos académicos nas áreas de Economia, Instituições e Sociedade.

As temáticas prioritárias a explorar nos projetos adjudicados pela Fundação são definidas previamente pelos seus Órgãos Sociais e publicadas no Programa de Estudos trienal. Os autores dos estudos da Fundação, regra geral académicos vinculados a universidades e centros de investigação nacionais e internacionais, são selecionados através de um processo de candidaturas público e transparente, por forma a garantir o rigor e a independência da investigação produzida.

O processo de candidaturas para a elaboração de estudos promovidos pela Fundação Francisco Manuel dos Santos está aberto em permanência durante a vigência do atual Programa de Estudos (2021-2023).

Mais informações: <https://www.ffms.pt/destaques/detalhe/5355/programa-de-estudos>

II. Chamadas para Comunicações e Publicações

i. CFP: *Law Review Symposium on Artificial Intelligence and the Law*

A *Northern Kentucky Law Review* solicita oradores, artigos, e resumos para a sua edição de simpósio subordinada ao tema "Inteligência Artificial & Direito". Os artigos podem incidir sobre legislação em matéria de inteligência artificial, sobre o uso de inteligência artificial no sistema de justiça criminal, sobre a vigilância digital, sobre as tecnologias de reconhecimento facial ou qualquer outro tópico oportuno neste domínio.

Prazo de submissão: **7 de fevereiro 2022**

Mais informações: <http://legalscholarshipblog.com/2021/10/06/cfp-law-review-symposium-on-artificial-intelligence-and-the-law/>

ii. CFP: *Eighth Annual International and Comparative Urban Law Conference*

O *Urban Law Center* da Faculdade de Direito da Universidade de Fordham e a Faculdade de Direito Peter A. Allard da Universidade de British Columbia estão a solicitar artigos para a "*Eighth Annual International and Comparative Urban Law Conference*", que terá lugar de 14 a 16 de julho de 2022. Desde 2014, esta Conferência anual tem acolhido importantes estudiosos do Direito do Urbanismo de todo o mundo, para apresentarem as respetivas investigações e trabalhos em curso. No seu oitavo ano, a Conferência continua a reforçar esta tradição, proporcionando um fórum dinâmico de partilha de diversas perspetivas internacionais, comparativas e interdisciplinares sobre a rica intersecção de cidades e o Direito.

Prazo de submissão: **14 de janeiro 2022**

Mais informações: <http://legalscholarshipblog.com/2021/10/05/cfp-eighth-annual-international-and-comparative-urban-law-conference/>

iii. *Forced Migration Review*

Nos últimos anos, os debates sobre raça, representação e desigualdade trouxeram para o centro do debate o poder e voz de pessoas até aqui excluídas do debate e, ao mesmo tempo, deram maior ímpeto a outros atores que já vinham ativamente desafiando o *status quo*. Movimentos sociais como o *Black Lives Matter* e debates mais amplos sobre a descolonização geraram uma reflexão sobre as desigualdades que existem no campo da migração forçada, na investigação e no conhecimento, na política e na prática. O número setenta da *Forced Migration Review* centra-se na forma como o conhecimento é produzido, partilhado e recebido, e que mudanças podem e devem ser feitas para assegurar que o poder é partilhado e que vozes mais diversas são ouvidas e valorizadas.

Prazo de submissão: **17 de fevereiro 2022**

Mais informações: <https://www.fmreview.org/issue70>

iv. *Isonomía – Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*

A *Isonomía – Revista de Teoría y Filosofía del Derecho* vai dedicar uma edição especial ao pensamento ético de Hans Jonas e à sua preocupação seminal com as mudanças climáticas. A *Isonomía* convida submissões de artigos que envolvam as responsabilidades éticas, filosóficas e legais e os desafios decorrentes da mudança climática no contexto do famoso “princípio de responsabilidade” de Hans Jonas e sua ética ambiental

Prazo de submissão: **28 de fevereiro 2022**

Mais informações: https://ivronlineblog.files.wordpress.com/2021/12/cfpjonas_en_final.pdf

v. Conferência “A filosofia política e jurídica da litigância climática”

O número de casos sobre alterações climáticas quase duplicou em três anos, com cerca de 1 550 casos em 38 países, entre os quais casos emblemáticos propostos contra Estados (*Urgenda v. Países Baixos*) e empresas (*Milieudefensie et al. v. Royal Dutch Shell*). Embora o crescimento da litigância climática tenha dado origem a um corpo crescente de literatura jurídica, os litígios climáticos também levantam questões importantes, mas ainda pouco desenvolvidas, para a filosofia jurídica e política. Estas últimas são o foco da conferência sobre “A filosofia política e jurídica da litigância climática”, que pretende vê-las abordadas tanto no quadro da teoria democrática como teoria da justiça. A *Hoover Chair* em ética económica e social da Universidade de Louvain solicita artigos destinados a apresentação nessa conferência.

Prazo de submissão de resumos: **21 de janeiro 2022**

Mais informações: <https://uclouvain.be/fr/chercher/hover/evenements/call-for-papers-the-political-and-legal-philosophy-of-climate-litigation.html>

III. Chamadas para Projetos

i. Concurso FCT de Projetos de I&D em Todos os Domínios Científicos

A FCT publicou o Aviso para Apresentação de Candidaturas ao próximo Concurso de Projetos em todos os Domínios Científicos. O concurso tem uma dotação orçamental de 75 milhões de euros e apoiará duas tipologias de projetos:

- Projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT), com uma duração de 36 meses e financiamento máximo por projeto de 250 mil euros.
- Projetos de investigação de carácter exploratório (PeX), com uma duração de 18 meses e financiamento máximo por projeto de 50 mil euros.

Prazo para candidatura: **entre 8 de fevereiro e 10 de março 2022**

Mais informações: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/ICDT/index.phtml.pt>

ii. Programa Promove 2022

A FCT e a Fundação “La Caixa” renovaram o acordo de colaboração que dá continuidade ao Programa Promove e lançaram a 4ª edição do concurso para projetos. Este programa visa estimular iniciativas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável de regiões do interior de Portugal. Apoiará projetos piloto inovadores, ideias inovadoras e projetos de investigação mobilizadores em quatro domínios estratégicos identificados pelo Governo português: água termais, parques e reservas naturais, estudos sobre riscos biológicos e desenvolvimento, promoção e valorização de novas culturas e produtos naturais para o mercado nacional e internacional.

Prazo de candidatura: **19 de janeiro 2022**

Mais informações: <https://fundacaolacaixa.pt/pt/concurso-promove>

iii. JUST Grants 2022

O programa de trabalho do JUST GRANTS chega ao seu segundo ano no atual programa-quadro. Entre os objetivos do programa destacam-se:

- a) Facilitar e apoiar a cooperação judiciária em matéria civil e penal e promover o Estado de Direito, a independência e a imparcialidade do sistema judiciário, nomeadamente apoiando os esforços para melhorar a eficácia dos sistemas judiciários nacionais e a aplicação eficaz das decisões;
- b) Apoiar e promover a formação judiciária, com vista a fomentar uma cultura jurídica, judiciária e de Estado de Direito comum, bem como a aplicação coerente e eficaz dos instrumentos jurídicos da União relevantes no contexto do presente programa;
- c) Facilitar o acesso efetivo e não discriminatório à justiça para todos e uma reparação efetiva, inclusive por meios eletrónicos (e-Justice), promovendo processos civis e criminais eficientes e promovendo e apoiando os direitos de todas as vítimas de crime, bem como os direitos processuais dos suspeitos e arguidos em processos penais.

Encontram-se abertas múltiplas chamadas, entre as quais as seguintes:

- Call for proposals for action grants to support transnational projects on judicial training covering civil law, criminal law or fundamental rights.
 - o Prazo de submissão: **22 março 2022;**
- Call for proposals for action grants to support transnational e-Justice projects.
 - o Prazo de submissão: **15 março 2022;**
- Call for proposals for action grants to promote judicial cooperation in civil and criminal matters.
 - o Prazo de submissão: **16 março 2022;**

Mais informações: [Portal Funding & Tender](#)

iv. Programa Citizens, Equality, Rights And Values

No âmbito do programa Citizens, Equality, Rights and Values (CERV) é disponibilizado financiamento para apoiar organizações da sociedade civil de base, bem como para apoiar a formação e a sensibilização sobre a Carta de Direitos Fundamentais da UE e sobre contencioso estratégico, designadamente em áreas como as dos valores europeus, da participação cidadã, da luta contra a discriminação e da proteção dos direitos das crianças.

Existem 9 calls abertas no programa CERV, cujos prazo, diferenciados, correm de fevereiro a abril de 2022.

Mais informações: [Portal Funding & Tender](#)



ij.fduc